

Valor Econômico, 04 de junho de 2021

José Luís Oreiro e Luiz Fernando de Paula analisam fracassos na economia brasileira

“Macroeconomia da estagnação brasileira” analisa intervalo que vai de 1999 até a crise de 2014-2016 e os anos posteriores

Por: Diego Viana

Se a primeira metade do século passado foi o tempo dos grandes ensaios sobre a formação e a essência do Brasil, talvez já se possa identificar nas últimas décadas a consolidação de outro gênero da não ficção brasileira. Este seria composto por obras sobre o fracasso, o “dar errado” do país. E, como o título não deixa mentir, “Macroeconomia da estagnação brasileira”, de José Luís Oreiro e Luiz Fernando de Paula, se inscreveria entre elas.

No universo dos macroeconomistas e dos comentários de mídia, formou-se ainda um subgênero mais restrito e, até certo ponto, hermético: a discussão permanente entre ortodoxos e heterodoxos, aplicada à atribuição de culpas. Para uns, a estagnação do país é fruto de décadas de juros elevados e investimento estatal minguante. Para outros, é resultado de experimentos econômicos irresponsáveis. Nessa guerra de trincheiras, o conflito se estende e as posições pouco mudam.

O trabalho recém-lançado dos dois economistas (Oreiro é professor de economia da Universidade de Brasília, Paula, da Universidade Federal do Rio de Janeiro) tem o mérito de olhar para esse fogo cruzado com um certo distanciamento.

Na extensa lista dos livros dedicados ao desempenho decepcionante do Brasil, este é um dos raros que se dedicam a mostrar que, se desde a década de 1980 o país teve doses maiores ou menores tanto de ortodoxia quanto de heterodoxia econômicas, ambas falharam e tiveram consequências deletérias para o longo prazo da economia brasileira. Feita a constatação, o passo seguinte consiste em dizer que o problema do país deve ter raízes estruturais mais sérias.

Isto não significa que os autores encarem a trajetória do Brasil de uma posição neutra. Ao contrário, deixam explícito na introdução que se alinham a duas escolas: o keynesianismo, o que implica uma ênfase no caráter monetário da economia e, conseqüentemente, as forças de mercado não se dirigem espontaneamente a um equilíbrio eficiente; e o estruturalismo herdeiro de Celso Furtado e Raúl Prebisch, que enfatiza a condição periférica da economia brasileira e os efeitos dessa situação sobre o câmbio e demais variáveis.

Uma terceira corrente deixa sua marca: o novo-desenvolvimentismo proposto por Luiz Carlos Bresser-Pereira (FGV-SP), prefaciador do livro.

Se uma obra tem uma palavra-chave, a de “Macroeconomia da estagnação brasileira” certamente será “inconsistência”, definida a partir da obra do macroeconomista holandês Jan Tinbergen (1903-1994) como o desencontro entre os objetivos da política econômica e suas ferramentas. Embora só uma das divisões cronológicas traga, de fato, a inconsistência no título, o descompasso entre os objetivos e os instrumentos da política monetária é a tônica de todos.

Desde ao menos 1999, o governo e o Banco Central oscilaram entre objetivos conflitantes: o controle da inflação e da dívida pública, a recuperação do crescimento, a competitividade do câmbio, a redução dos juros, a melhoria dos salários.

A análise é delimitada ao intervalo que vai de 1999, quando a âncora cambial dos primeiros anos de Plano Real é abandonada, até a crise de 2014-2016, com alguns comentários e previsões para os anos posteriores. O período coincide com o coração da dita Nova República, a fase de ouro do Plano Real e da democracia instalada nos anos 1980.

De certa forma, é também uma história do tripé macroeconômico (metas de inflação, câmbio flutuante, superávit fiscal), adotado em substituição à taxa de câmbio como forma quase única de controle das variáveis macroeconômicas, mas pouco a pouco enfraquecido até o momento em que a profunda recessão virou a economia toda de cabeça para baixo - e junto com ela a política.

O primeiro capítulo traça um panorama das idas e vindas das políticas macroeconômicas brasileiras desde a adoção do tripé. Do ponto de vista

dos embates entre economistas e da interpretação desse período histórico recente, pode-se dizer que é o principal capítulo.

O segundo e o terceiro olham em mais detalhe para a política monetária e o crédito, respectivamente, fornecendo alguns elementos de diagnóstico que podem ajudar a buscar saídas para a aporia econômica nacional. O quarto e último capítulo esboça uma leitura dos anos mais recentes, com as políticas de Michel Temer e Henrique Meirelles e, em seguida, Jair Bolsonaro e Paulo Guedes.

Os autores dividem o intervalo analisado em quatro fases, não como períodos fixos e bem delimitados, mas como princípios a reger a política econômica: o tripé rígido, vigente de 1999 até aproximadamente 2006; o tripé flexibilizado, que atravessou a crise financeira global de 2008 e se somou, logo em seguida, à nova matriz econômica; e em seguida o “desenvolvimentismo inconsistente”, sobretudo no primeiro governo de Dilma Rousseff, que redundou nos anos da grande recessão, a partir de 2014, com uma tentativa de retorno forçado à ortodoxia mais rigorosa.

À parte a constatação de alguns erros grosseiros, a narrativa de Oreiro e Paula permite enxergar as mudanças de políticas como reflexos das limitações inerentes a cada uma. Ou, para empregar o vocabulário do livro, suas inconsistências. Portanto, discutir as decisões tomadas pelas sucessivas equipes econômicas meramente em termos de alinhamento ideológico, como tem sido muitas vezes o caso, é empobrecedor.

Como na maioria das leituras do passado recente do Brasil, as palavras mais duras são reservadas à política econômica de Dilma e Guido Mantega, que recebe a nada lisonjeira alcunha de “biruta de aeroporto” ou, mais tecnicamente, “desenvolvimentismo inconsistente”. Foi aí que se tentou ao mesmo tempo reduzir a inflação, acelerar o crescimento, baixar os juros praticados no país e distribuir renda.

Os autores retratam um cenário em que a equipe econômica aperta todos os botões ao mesmo tempo e envia sinais desconexos aos agentes econômicos. No momento em que a maré do cenário externo se torna negativa para o Brasil, após o longo período favorável do que Oreiro e Paula denominam “mini-boom do crescimento” de 2013 a 2014, o país estava em péssimas condições para suportar o impacto.

A recessão foi acompanhada por um retorno sumário à ortodoxia, com Joaquim Levy no Ministério da Fazenda. Para Oreiro e Paula, os cortes drásticos de gastos e investimentos não lograram nem recuperar a confiança do empresariado nem gerar equilíbrio fiscal.

A proposta de voltar aos superávits primários paulatinamente, por meio do teto de gastos, é vista com mais simpatia, mas sua rigidez é considerada inconsistente, já que reproduz os mesmos problemas de depressão no investimento, abandono da capacidade de modernizar a produção e sacrifício de bem-estar da população que existiram em outros momentos, sobretudo os mais ortodoxos.

O último capítulo comporta um complemento às análises, tratando do projeto do governo Bolsonaro e Guedes. Escrita provavelmente nos primeiros meses de 2020, a análise não tem como incorporar o enorme impacto da pandemia sobre as variáveis macroeconômicas. No entanto, fica de pé o diagnóstico geral apresentado nas páginas finais: os problemas estruturais que afligem o país seguem incólumes, perante a sucessão de políticas e reformas.

Fonte original: <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2021/06/04/jose-luis-oreiro-e-luiz-fernando-de-paula-analisam-fracassos-na-economia-brasileira.ghtml>